

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M486 Melo Neto, Francisco de Paulo de

Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável / Francisco P. de Melo Neto, Cesar Fróes. – Rio de Janeiro : Qualitymark, 2002.

232p. :

Inclui bibliografia

ISBN 85-7303-372-X

1. Responsabilidade social das empresas. 2. Administração de empresas – Aspectos sociais. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Fróes, Cesar. II. Título.

02-1514

CDD 361.765

CDU 364.054

Capítulo



Gerenciando o Capital Social

3.1. Como nasce a idéia socialmente transformadora?

O empreendedorismo social é um tipo de ação socialmente transformadora. E, como tal, diferencia-se de todas as demais idéias de negócio pelo seu caráter inovador.

Isto, no entanto, não desmerece as ações empreendedoras de negócios, que têm na identificação de oportunidades de mercado, na focalização de clientes e segmentos de consumidores, bem como na idéia de produto-serviço a sua principal base de inovação.

Mas, no âmbito do empreendedorismo social, a inovação é maior e melhor, porque envolve a projeção de mudanças significativas na sociedade onde ela será implementada.

Portanto, para os empreendimentos sociais, a idéia central é a essência do projeto de empreendedorismo social, o seu principal fator de sucesso.

Vejamos alguns exemplos de idéias socialmente empreendedoras:

- combate a um tipo de exclusão social (por exemplo, a implantação de uma rede de escolas de informática em comunidades de baixa renda);
- abordagem holística de um problema social (por exemplo, os projetos desenvolvidos pelo Instituto Renascer, que baixou em 60% as reinternações hospitalares de crianças pobres no Rio de Janeiro);
- adoção de práticas preventivas valorizando a cultura local e a identidade da comunidade (por exemplo, os projetos "Barraca da Saúde" e "Trupe da Saúde");
- adoção de ações lúdicas em ambientes tecnológicos e impessoais (por exemplo, o projeto "Doutores da Alegria");
- promoção da cidadania (por exemplo, as ações desenvolvidas pelo Instituto de Defesa do Consumidor);
- novos *insights* (enfoques) sobre abordagem de problemas sociais (por exemplo, o projeto "Médicos de Família");

– adoção de novas práticas de gestão (por exemplo, programas e projetos de autogestão).

Definida a idéia, tem início o seu desenvolvimento. Nesta etapa, devem ser estabelecidos o modelo de organização social a ser adotado (criação de conselhos, assembléias, cooperativas, centros de serviços), as parcerias (envolvimento com o governo, entidades do Terceiro Setor, empresas privadas), o tipo de produto social a ser desenvolvido (cursos, centros de atendimento, trabalho cooperativado, oficinas, clínicas, novos serviços) e as condições de uso e comercialização do produto a ser criado.

Em seguida, tem início a fase de disseminação e *marketing* da idéia. Sob a forma de reuniões, cursos e palestras, divulga-se a idéia na sociedade e obtém-se a adesão de seus principais beneficiários potenciais e do público em geral.

Assegurada a adesão da comunidade, iniciam-se a implementação e gestão do empreendimento.

3.2. A teoria das formas superiores de capital

Michael Fairbanks é parceiro de Michael Porter na empresa de consultoria de gestão Monitor, sediada nos Estados Unidos.

Partindo de uma análise sobre as novas condições de sucesso empresarial na Nova Economia, Fairbanks identificou inicialmente um ponto de partida para a sua reflexão: o que é necessário para o desenvolvimento de um país?

Mesmo conhecendo pouco o nosso país, salientou uma questão crucial, explicitada nos parágrafos subseqüentes: "Não adianta o país ter apenas um programa de estabilização macroeconômica e boas relações com a comunidade financeira internacional".¹

Ao responder à pergunta: "o que é mais importante, então, para o desenvolvimento de um país?" – A resposta veio rápida: "novas idéias e liderança."

"É preciso ter novas idéias que sejam incorporadas por milhares de líderes em todo o país. As regiões mais dinâmicas e os bons líderes terão vantagens enormes na Nova Economia."²

Fairbanks retoma o seu raciocínio criticando os fatores geradores de desenvolvimento dominantes na velha economia: matérias-primas, infra-estrutura e capital financeiro. Tais fatores não mais garantem o desenvolvimento de um país, região, cidade ou empresa.

Cita como exemplo o Japão, o norte da Itália, Massachussets (EUA) ou Vale do Silício (Califórnia/EUA), que não possuem recursos naturais, mas conseguiram desenvolvimento exponencial com base no funcionamento e desempenho ótimo das empresas ali instaladas.

Portanto, a tríade recursos naturais, infra-estrutura e capital financeiro dá lugar a quatro formas de capital, por ele consideradas superiores:

¹ Lahóz, André. "Tem de mudar a mentalidade", Revista Exame, edição 719, Ano 34, nº 15, 26/07/00, p.: 14-15.

² *Id. ibidem*, p.: 14-15.

- capital institucional: a democracia instalada e em pleno funcionamento, a vigência do Estado de direito e a cooperação entre as pessoas;
- capital do conhecimento: quantidade e qualidade das universidades, centros técnicos, escolas técnicas, centros de pesquisa, número de profissionais com mestrado, doutorado e especialização;
- capital humano: número de pessoas ligadas à Internet (conectividade); e
- capital cultural: inovação e ambiente favoráveis à inovação.

Na velha economia, o capital do conhecimento era suficiente para assegurar maior empregabilidade. Possuir mais conhecimento representava maior potencial para conquistar empregos no mercado.

Ao contrário, na nova economia, outros fatores tornam-se necessários para garantir empregabilidade. É importante o capital institucional, que gera maior participação e desenvolvimento da comunidade e mais poder por parte dos clientes. Dele surgem novas oportunidades de negócios, novas necessidades de vencer desafios, exigências de mudanças de atitudes e comportamentos, que se refletem em novos processos de produção, vendas, distribuição e atendimento e também geração de novos produtos e serviços.

O capital humano permite que o trabalho em rede amplie a sua dimensão. Este tipo de capital viabiliza e potencializa o trabalho em rede frente a um número crescente de novos clientes, fornecedores e distribuidores conectados à empresa.

O capital cultural garante o estímulo permanente à criatividade e à inovação, ingredientes fundamentais no e-trabalho e na e-economia.

Desenvolvem-se o capital institucional, o capital do conhecimento, o capital humano, o capital cultural e, sobretudo, o capital social mediante ações de empreendedorismo social, cívico e político.

Desenvolve-se o capital institucional, porque se ampliam os espaços de atuação da sociedade civil e das entidades comunitárias, surgem

novos laços de solidariedade, redes de cooperação e consolidam-se a democracia e o Estado de direito.

Amplia-se o capital do conhecimento, porque são difundidas e assimiladas novas técnicas e modelos de gestão, competências, capacidades e habilidades individuais e coletivas.

Aprimora-se o capital humano, porque se desenvolvem arranjos institucionais que promovem a inter-relação e integração entre pessoas, comunidades e sociedades.

Dinamiza-se o capital cultural, porque as práticas e ações empreendedoras são fruto de inovações e fomentam novas mudanças e transformação.

E, finalmente, expande-se o capital social, porque se desenvolvem novas organizações sociais que unem pessoas e integram processos e atividades produtivas e de aconselhamento.

3.3. O que é capital social?

Alguns autores definem "capital social" como "o conjunto de interações locais que permitem a perseguição de um projeto coletivo de pequeno âmbito".³

Quando disperso em toda a comunidade, o capital social transforma-se em "competitividade comunitária ou capacidade de comunidade" que se traduz na "capacidade de uma comunidade produzir interações fertilizantes que, no conjunto, tornam seus indivíduos mais competentes do que a média das outras".⁴

Um exemplo de capacidade e competitividade comunitária é o município italiano de Emília Romagna que tem uma empresa para cada 10 habitantes, 47% delas empregando no máximo 20 pessoas".⁵

Temos, portanto, diferentes modalidades de capital social: interações num pequeno grupo, num grupo social maior, numa pequena, média e grande coletividade, em toda uma comunidade.

Em se tratando de comunidade, podemos denominar o acervo de capital social de competitividade comunitária, como afirmamos acima.

Em entrevista publicada no portfólio da Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, Augusto de Franco, coordenador geral desta entidade, explicita o conceito de capital social:

"São os níveis de participação e de organização que uma sociedade possui. Se a sociedade não está tramada, na sua base, por miríades de organizações, se ela não tem iniciativa, se a confiança social entre os grupos sociais não existe ou é pequena, você também não pode ter desenvolvimento, nem mesmo crescimento econômico sustentado".⁶

³ www.ipd.org.br

⁴ *Id. ibidem.*

⁵ *Id. ibidem.*

⁶ "Agência de Educação para o Desenvolvimento: o que fazemos pelo Brasil e o que podemos fazer por você", SEBRAE/Comunidade Ativa/PNUD/UNESCO/ARCA, Brasília, Distrito Federal, 2002, p.: 18.

Trata-se, portanto, do acúmulo de experiências participativas e organizacionais que ocorrem na base de uma comunidade ou sociedade, reforçando os seus laços de solidariedade, cooperação, confiança, etc., das pessoas, grupos sociais e entidades.

O fortalecimento da base de confiança e de cooperação conduz ao desenvolvimento de iniciativas em empreendedorismo político, social e cívico.

Tais fatores – organização, participação, solidariedade, cooperação, confiança e iniciativa – constituem a base de um novo modelo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável.

A figura, apresentada a seguir, mostra o que denominamos de fatores-determinantes do capital social:

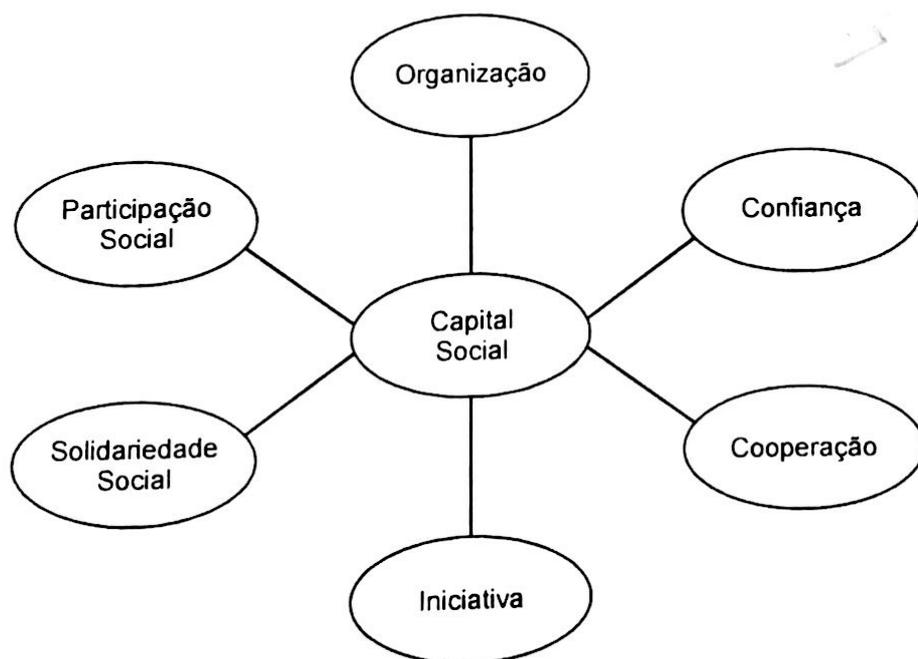


Figura 5: Fatores determinantes do capital social.

Só existe capital social quando todos esses fatores atuam conjuntamente por meio de um programa ou projeto social.

A comunidade que dispõe de capital social possui altos níveis de participação, organização, confiança entre seus membros, cooperação, solidariedade e pessoas dotadas de iniciativa.

O sociólogo James Coleman denomina de capital social “a capacidade disponível em grupos humanos para trabalharem juntos, visando a objetivos comuns”.

Prosegue em sua análise ao definir os elementos formadores do que ele denomina de “capacidade de associação”: capacidade disponível em grupos humanos para trabalharem juntos.

A capacidade de associação, como demonstra a figura a seguir, é constituída dos seguintes elementos:



Figura 6: Os elementos formadores do capital social.

Para Coleman, a capacidade de associação, base do desenvolvimento do capital social, é resultante de diversos fatores: normas e valores compartilhados; conhecimentos e aptidões comuns e complementares; objetivos comuns; disponibilidade de recursos sociais; e subordinação dos interesses individuais aos coletivos.

Normas e valores compartilhados determinam atitudes e comportamentos comuns dos membros de uma comunidade, coletividade, sociedade ou grupo. Cada um pensando e agindo em benefício de todos.

Dotadas de conhecimentos e habilidades comuns e complementares, tais pessoas fortalecem o capital social disponível na busca do alcance de objetivos comuns.

Quanto maior a disponibilidade de recursos sociais (associações, grupos, mobilização), maior a capacidade de associação e, conseqüentemente, de capital social disponível. Ambos florescem num ambiente no qual predomina a ética da subordinação dos interesses individuais aos coletivos. É o espírito do grupo, da comunidade e coletividade que deve predominar.

3.4. Como se desenvolve o capital social?

A nova fórmula do desenvolvimento social em tese é simples: capital humano + capital social + sustentabilidade.

Para se alcançar o desenvolvimento local sustentável, deve-se, portanto, incrementar as capacidades, competências e habilidades da população local, torná-la capaz de gerar idéias, iniciar e gerenciar seus próprios empreendimentos, aproximar o governo local da comunidade e demais parceiros e criar novos desafios.

Fruto de iniciativas empreendedoras, reforça-se a solidariedade entre as pessoas, desenvolve-se a cooperação e formam-se redes sociais e produtivas. É certo que estamos nos referindo aqui ao desenvolvimento do capital social.

Mas, para que isto verdadeiramente ocorra, algumas condições devem ser previamente atendidas:

- ◆ a ampliação social da cooperação;
- ◆ o fomento de novas parcerias;
- ◆ a criação de redes;
- ◆ a mobilização dos recursos da sociedade civil.

A ampliação da cooperação ocorre de duas formas distintas: o fomento de atitudes e comportamentos altruístas ("emocionalidade cooperativa"), que estimula nas pessoas o desejo de ajudar o outro e de juntos construírem algo significativo; e a criação de arranjos institucionais cooperativos ("cooperação sistêmica"), em substituição às formas verticais de organização e de processos autoritários e centralizadores de gestão.

São formas de expressão da emocionalidade cooperativa e da cooperação sistêmica: o trabalho voluntário, as cooperativas, os clubes de serviços, as associações e o trabalho associado.

A formação de parcerias envolvendo governo, empresas, entidades do Terceiro Setor é indispensável para o reforço de identidades e a criação de sinergias.

A existência desses dois fatores – identidade e sinergia – facilita a otimização das ações sociais, a produção de economia de custos, ganhos de escala, esforço cooperativo e maior compromisso com as metas institucionais e participação grupal.

Deve-se destacar a importância da constituição de redes. Por definição, redes são arranjos institucionais inovadores. Há diversos tipos delas, como, por exemplo: redes sociais, de informação, tecnológicas, educacionais e de ações e entidades com propósitos comuns e/ou complementares.

Os agentes sociais qualificados (administradores, cientistas sociais, pedagogos, jornalistas, etc.) sabem que os recursos da comunidade local devem ser identificados e mobilizados em prol dos objetivos do desenvolvimento social e econômico, local ou regional.

O que fazer para desenvolver o capital social? Listamos a seguir exemplos de algumas estratégias:

- ◆ estratégias participativas (aumento da cooptação e participação em todos os níveis de governo);
- ◆ estratégias de pactuação (criação de missão e visão, compartilhamento por todos reunidos em fóruns, conselhos e assembleias locais e regionais);
- ◆ estratégias de fomento (fomento ao empreendedorismo, à liderança);
- ◆ estratégias de sustentabilidade (ações auto-sustentáveis, criação de empregos, políticas de distribuição de renda e emprego);
- ◆ estratégias de descentralização (ampliação e democratização do poder).

A figura a seguir ilustra melhor o elenco das estratégias de desenvolvimento do capital social.

A reserva de solidariedade e de associativismo de uma comunidade é fruto do desenvolvimento do seu capital social.

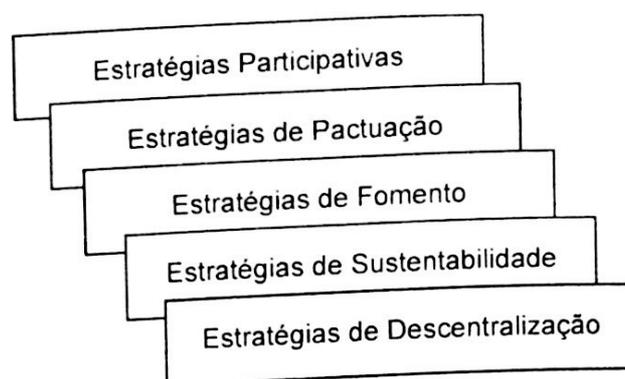


Figura 7: Estratégias do capital social.

Porém, união, ação cooperativa, solidariedade, altruísmo e confiança não bastam para assegurar o desenvolvimento social e econômico sustentáveis.

É indispensável uma reserva de conhecimentos, capacidades inatas e competências técnicas (capital humano).

3.5. O binômio capital humano – capital social

Somando-se o capital humano e o social instalado em uma determinada localidade, temos o somatório de suas potencialidades.

Há casos, no entanto, de dissonância entre os estágios de desenvolvimento do capital social e humano.

Por exemplo, localidades que se destacam pela excelência de sua organização social, da vigência de uma cultura solidária e práticas associativas. Ou seja, comunidades de elevado capital social.

Porém, falta-lhes capital humano. Seus habitantes possuem baixa qualificação, reduzida escolaridade e escassa capacidade empreendedora comprovada.

Pode ocorrer também o contrário – comunidades com alto capital humano e baixo capital social. Pessoas treinadas, multiplicadores formados e atuantes, líderes dispersos em pontos diferentes do território, mas incapazes de gerar maior participação e mobilização.

Tal situação geralmente ocorre quando os processos de gestão pública vigentes são centralizadores, autocráticos e as práticas, em sua maioria, clientelistas e assistencialistas.

Neste caso, predominam padrões de organização verticais e modos autoritários. Daí a importância de ações de empreendedorismo político e cívico, cujos atores principais são o governo, a sociedade civil organizada e as entidades do Terceiro Setor.

Todos, reunidos em parcerias e redes, devem fomentar o uso de novos arranjos institucionais, a criação de novas organizações sociais, sistemas participativos de decisão e ação, e modelos de gestão democrática.

A figura a seguir demonstra as situações distintas que envolvem o binômio capital social – capital humano.

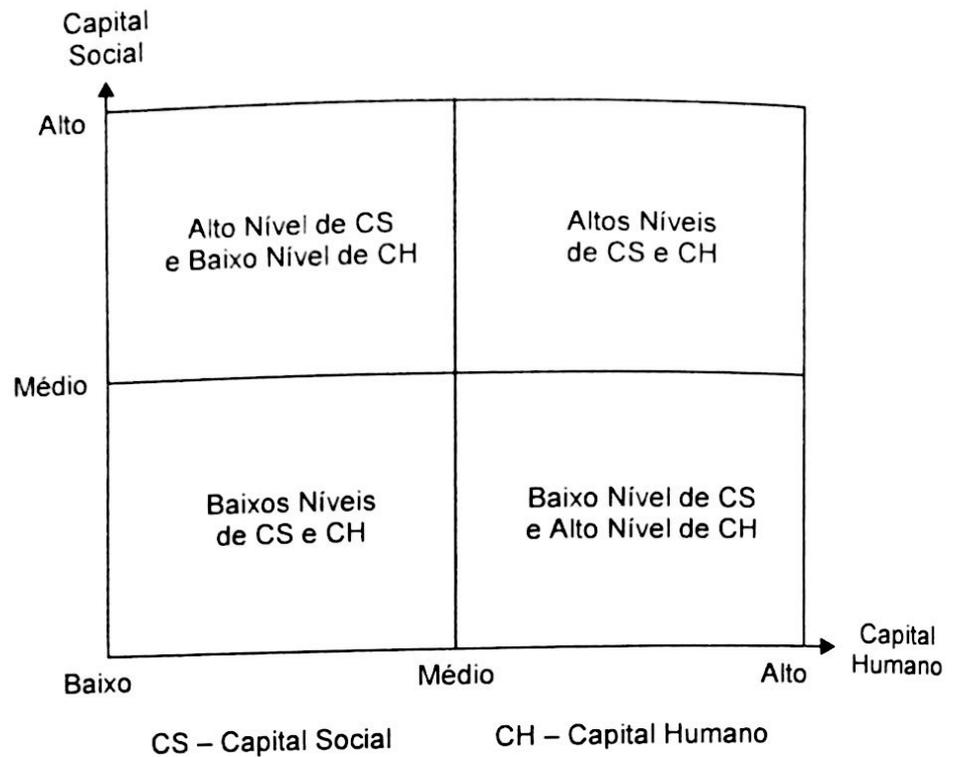


Figura 8: O binômio capital humano - capital social.

No quadrante 1, são reduzidos os níveis de capital social e humano. A comunidade não tem organização, são quase nulas a sua participação e mobilização, bem como a sua educação para o desenvolvimento.

No quadrante 2, tem-se um alto nível de capital social e um baixo nível de capital humano. Há participação e mobilização, governo, empresas, entidades do Terceiro Setor atuam em parceria e formam redes. Porém, os resultados de suas ações e projetos são precários, pois faltam conhecimentos, habilidades e competências. Existe empreendedorismo político e cívico, mas não há empreendedorismo social.

A situação ideal é retratada no quadrante 3 - altos níveis de capital social e humano. Neste caso, vicejam os empreendedorismos político, cívico e social. A comunidade está apta para conduzir o seu próprio desenvolvimento. Conhece seus recursos, vocações e potencialidades. E grande parcela da população sabe como desenvolvê-los na busca da melhoria da sua qualidade de vida e no atingimento dos mais elevados padrões de desenvolvimento humano, ético e social.

Finalmente, o quadrante 4 – baixo nível de capital social e alto nível de capital humano.

Imaginamos que os gestores do desenvolvimento local cometeram um erro estratégico básico: iniciaram o processo de desenvolvimento através de ações de educação e qualificação profissional e negligenciaram a força da organização social e da cooperatividade emocional e sistêmica de seus habitantes e entidades atuantes.

3.6. As novas tecnologias sociais

Tecnologias sociais são arranjos institucionais definidos e implementados por associações, governos federal, estadual e local, universidades, sindicatos, equipes gestoras dos programas e projetos de desenvolvimento social numa comunidade e pelos próprios membros da comunidade.

Apresentamos a seguir exemplos de tecnologias sociais:

- ◆ *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)*, “uma estratégia de indução ao desenvolvimento que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual mobilizam-se recursos da sociedade civil, em parceria com o Estado (com os três níveis de governo) e com o mercado, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecção de planos integrados de desenvolvimento”.⁷
- ◆ *Empreendimento Social* – processo dinâmico pelo qual comunidades e seus membros identificam idéias e oportunidades econômicas e sociais, e atuam desenvolvendo-as, transformando-as em empreendimentos comerciais e industriais auto-sustentáveis.
- ◆ *Empreendimento Político* – estratégia de articulação política reunindo a comunidade, o governo, as entidades do Terceiro Setor e as empresas.
- ◆ *Empreendedorismo Cívico* – estratégia de promoção da cidadania com ênfase na valorização e disseminação da cultura local, seus símbolos e tradições.
- ◆ *Clube de Troca* – formados por pequenos produtores de mercados que constroem para si um mercado protegido ao emitir uma moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes.

⁷ “Agência de Educação para o Desenvolvimento: o que fazemos pelo Brasil e o que podemos fazer por você”, AEP/SEBRAE/PNUD/UNESCO/ARCA, Brasília, Distrito Federal, 2002, p.: 4.

- ◆ *Complexo Cooperativo* – integrado por inúmeras cooperativas de produção, geralmente com a ajuda de um banco e apoio de governos locais.
- ◆ *Movimentos Sociais* – voltados para causas sociais importantes, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.
- ◆ *Programas de Auto-emprego* – ações voltadas para o intraempreendedorismo e a formação de profissionais autônomos.
- ◆ *Grupos de Produção Associada* – organização de uma atividade coletiva de produção, na qual pessoas produzem bens e serviços, que são vendidos por elas próprias ou por pessoas de suas famílias.
- ◆ *Redes de Crédito Solidário* – formadas por cooperativas locais de crédito e um banco cooperativo.
- ◆ *Empresas Autogestionárias* – empresas que têm uma gestão coletiva, autônoma e democrática.
- ◆ *Associações Autogestionárias* – reúnem cooperativas, órgãos e associações civis e econômicas de militância sociopolítica e de convivência e, como associações civis e econômicas, atuam em interação com os demais atores sociais.
- ◆ *Associações das Cooperativas* – aglutinação de cooperativas, fazendo convergir seus interesses e suas ações em termos econômicos, técnicos, sociais e políticos.
- ◆ *Redes de Socioeconomia Autogestionária e Solidária* – reunião de grupos de produção, associações e cooperativas em uma rede de solidariedade com o objetivo de superar as carências de informação, formação e financiamento.
- ◆ *Pólos de Socioeconomia Solidária* – espaços de troca de experiências e de iniciativas de ações coletivas que objetivam, por meio de um processo participativo e coletivo, criar alianças e construir uma rede de parceiros em torno de temas e desafios socioeconômicos.
- ◆ *Projetos de Economia de Comunhão* – reunião de diversas empresas, de tipos variados, que, gerenciadas por um núcleo-comum, atingem a máxima eficiência e têm seus lucros distribuídos em comum. É um tipo de empreendimento solidário.

- ◆ *Fórum de Cooperativismo Popular* - iniciativas que promovem debates sobre cooperativas populares.
- ◆ *Fórum de Economia Solidária* - iniciativas que promovem debates sobre empreendimentos sociais comunitários.
- ◆ *Redes Intercooperativas* - redes que promovem intercâmbio entre as cooperativas afiliadas.
- ◆ *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares* - núcleos de fomento ao cooperativismo, pertencentes às universidades, e que se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, as quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal e técnico.
- ◆ *Agências de Desenvolvimento Solidário* - entidades fomentadoras de empreendimentos solidários.
- ◆ *Cooperativas de Trabalho* - cooperativas especializadas em vender serviços (de limpeza, de manutenção, vigilância, etc.) a serem prestados nos locais e com o uso de meios fornecidos pelos compradores.
- ◆ *Incubadoras de Pequenos Negócios* - núcleos de criação e desenvolvimento de pequenos negócios.
- ◆ *Redes de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares* - rede que propicia o intercâmbio de experiências e a troca de informações entre as incubadoras tecnológicas sediadas nas universidades.
- ◆ *Incubadoras de Programas e Projetos Sociais* - núcleos de criação e desenvolvimento de programas e projetos sociais.
- ◆ *Programas de Educação em Economia Solidária* - formação de agentes na construção da economia solidária.
- ◆ *Instituições Comunitárias de Crédito* - instituições privadas sem fins lucrativos que ofertam microcrédito aos pequenos empreendedores.
- ◆ *Bancos do Povo* - formados por grupos solidários que poupam em conjunto e se responsabilizam solidariamente pelo pagamento de juros e principal dos créditos concedidos a seus membros.

- ◆ *Associações de Grupos de Produção* – associações que congregam diversos grupos de produção.
- ◆ *Associações de Solidariedade* – seu objetivo é amparar famílias atingidas por problemas sociais graves.
- ◆ *Núcleos de Ação e Pesquisa em Economia de Solidariedade* – atuam como centros de estudos e pesquisas de economia solidária.
- ◆ *Redes de Intercâmbio* – reunião de empreendimentos comunitários que se ajudam mutuamente e, coligados, obtêm viabilidade econômica.
- ◆ *Redes de Agentes de Microcrédito* – reunião de agentes de microcrédito sob a forma de fóruns, reuniões, cursos e palestras.
- ◆ *Redes de Disseminação da Cultura Empreendedora* – reunião de agentes multiplicadores da cultura empreendedora, que se reúnem em fóruns, seminários, congressos, cursos e palestras para troca de informações e experiências.
- ◆ *Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS* – órgãos colegiados criados pelo programa de DLIS para coordenar o desenvolvimento local.
- ◆ *Redes de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's* – reunião de representantes das OSCIP's numa região, que atuam como órgão de fomento para a criação de novas OSCIP's e de capacitação de lideranças locais.
- ◆ *Redes de Instituições Capacitadoras em Gestão do Desenvolvimento* – seu objetivo é promover a articulação e o intercâmbio entre as instituições que atuam na capacitação em gestão social.
- ◆ *Telecomunidades – TELECOM* – implantação de telecentros em comunidades, disponibilizando o acesso da população local ao mundo digital e à Internet.
- ◆ *Agendas Sociais – ASO* – processo de definição de políticas sociais locais para o desenvolvimento local sustentável.

As tecnologias sociais são, portanto, de 11 (onze) tipos: redes e inter-redes (rede de organizações, de pessoas, de relações), modelos de empreendedorismo, projetos e programas sociais, empreendimentos

sociais comunitários, grupos de pequenos produtores, fóruns, agendas, pólos, núcleos e instituições de fomento, associações e sistemas cooperativos.

A seguir, apresentaremos uma figura que demonstra o complexo de redes sociais.

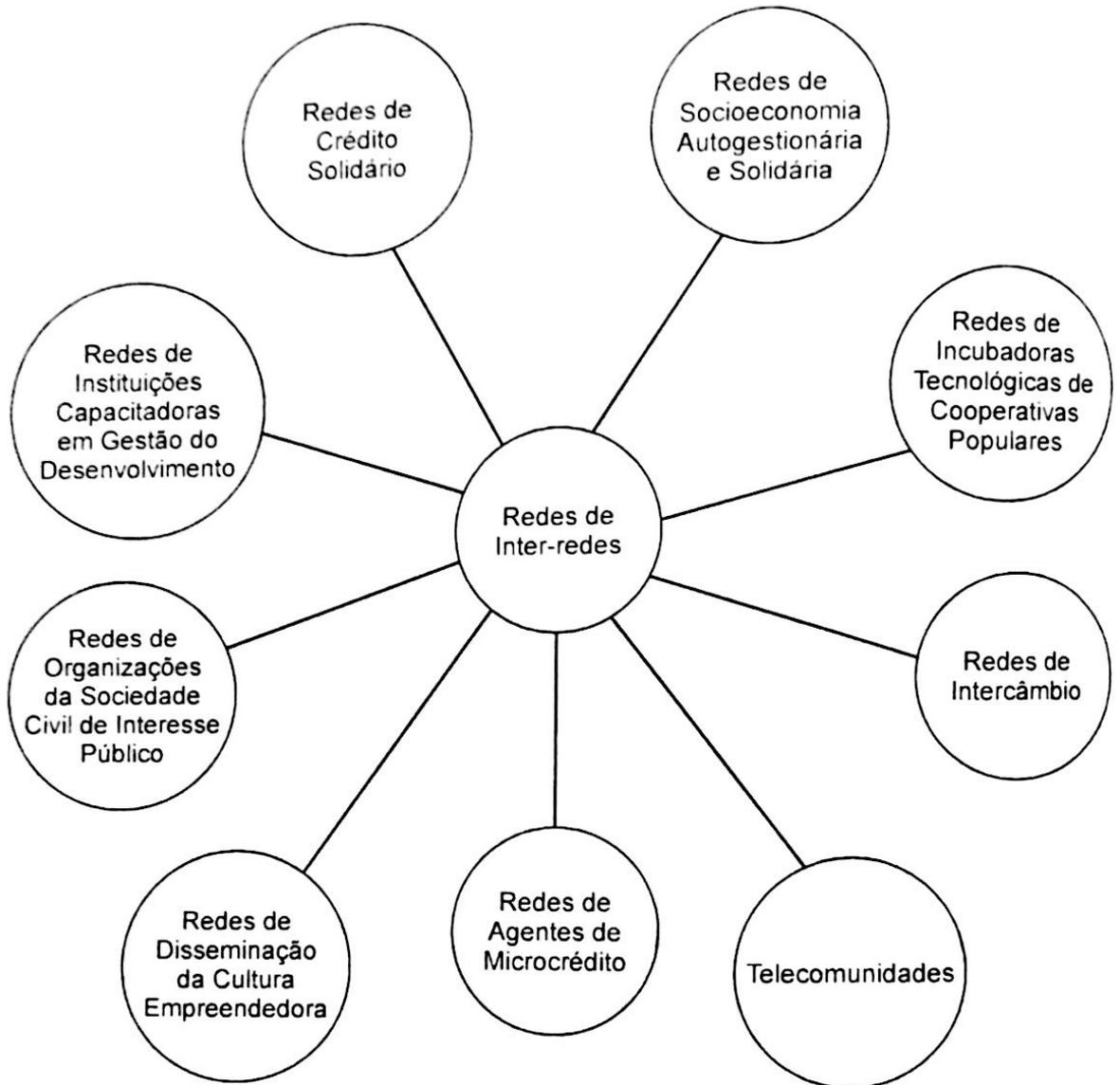


Figura 9: Tecnologias sociais do tipo rede e inter-rede.

O mesmo procedimento é adotado para os sistemas cooperativos:

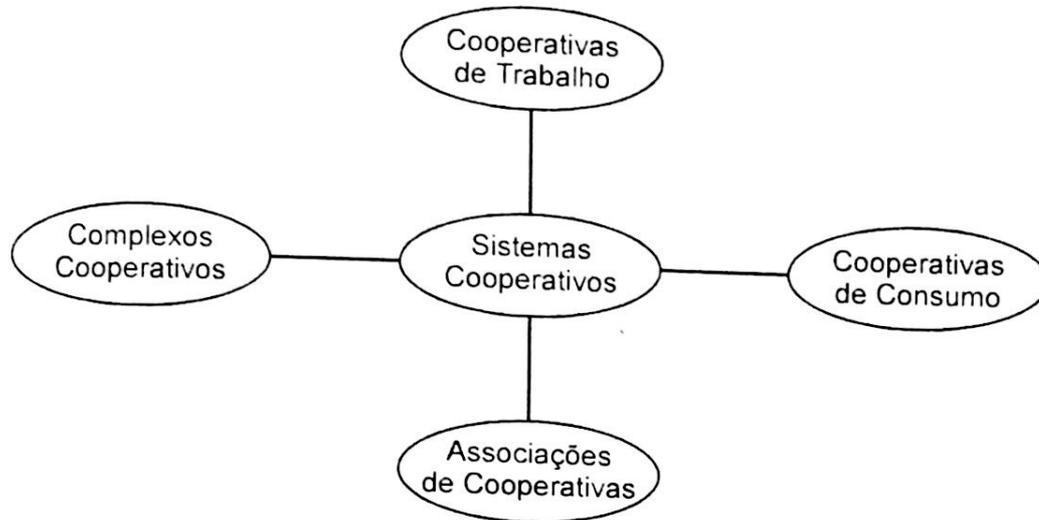


Figura 10: Tecnologias sociais e sistemas cooperativos.

Os sistemas cooperativos subdividem-se em cooperativas de trabalho e de consumo, associações de cooperativas e complexos cooperativos.

Veremos, em seguida, fóruns e agendas.

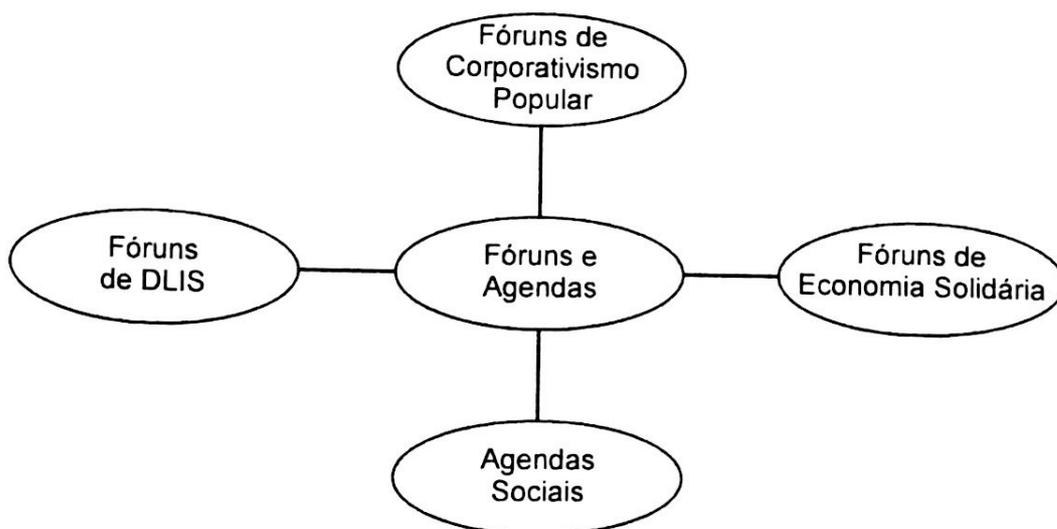


Figura 11: Tecnologias sociais do tipo fóruns e agendas.

Fóruns são reuniões. Agendas são proposições. Ambos se complementam.

Temos também as tecnologias sociais que compreendem “estratégias”, como demonstra a figura a seguir:

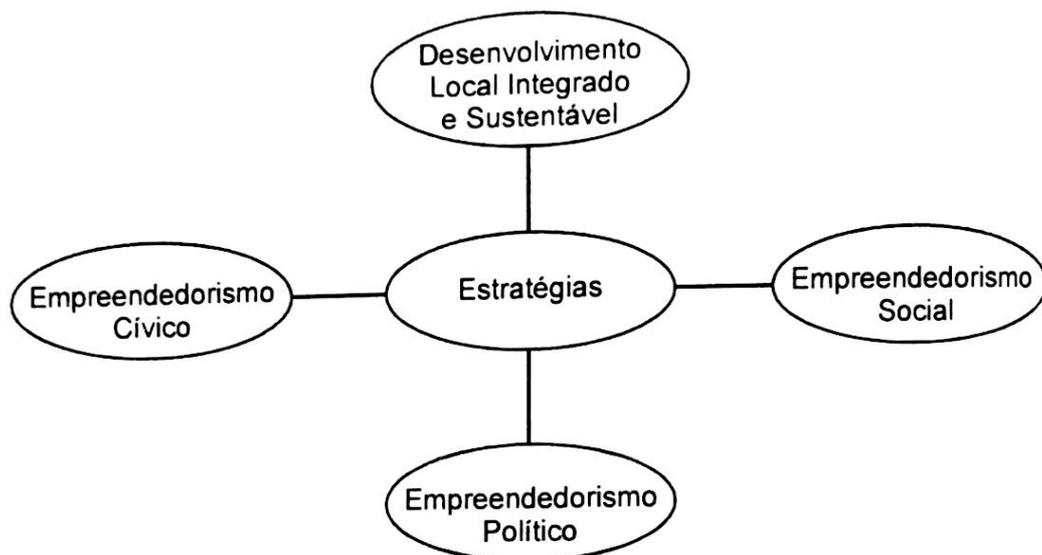


Figura 12: Tecnologias sociais do tipo estratégias.

Há, também, as tecnologias sociais associativas.

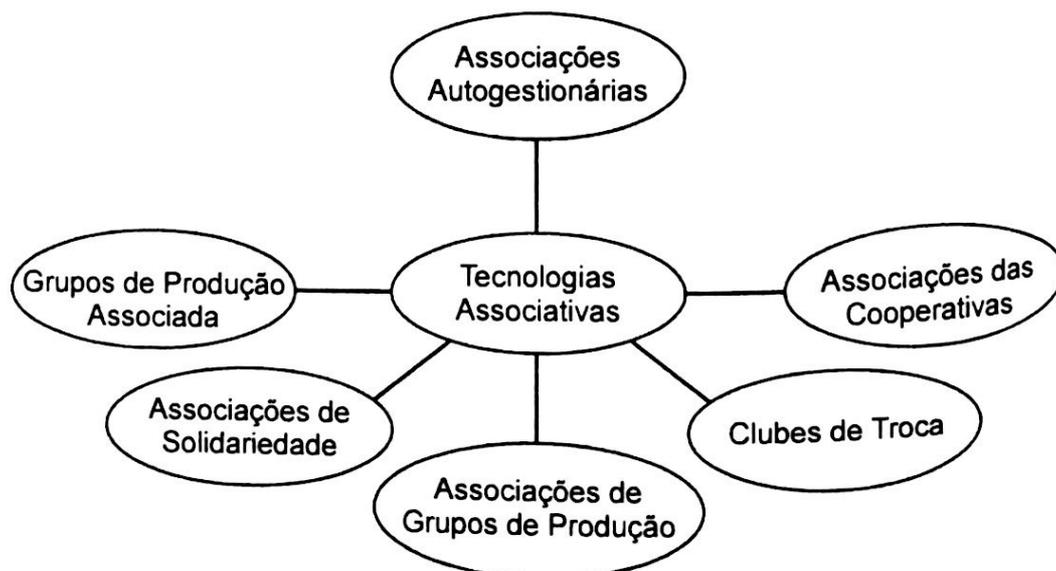


Figura 13: Tecnologias sociais associativas.

Tecnologias sociais podem assumir o formato de núcleos e agências de fomento e de instituições de assistência técnica e apoio financeiro.

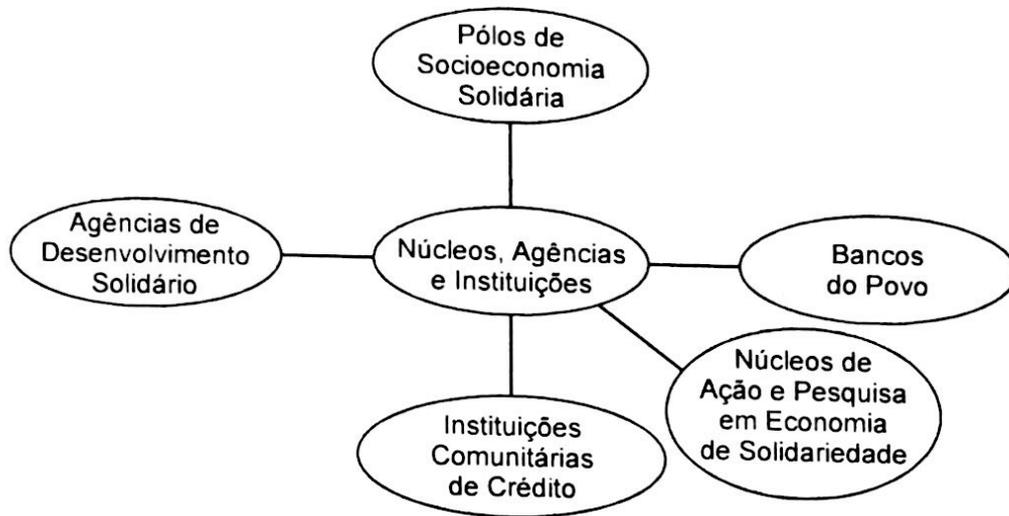


Figura 14: Tecnologias sociais do tipo núcleos, pólos, agências e instituições.

Finalmente, temos as tecnologias sociais que se viabilizam através da criação e desenvolvimento de programas e projetos.

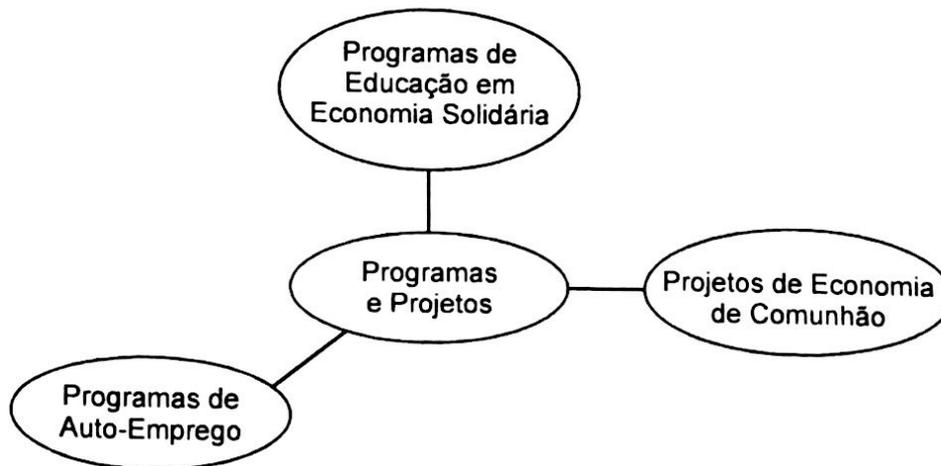


Figura 15: Tecnologias sociais sob a forma de programas e projetos.

Uma das tecnologias sociais mais utilizadas nos últimos tempos é a idéia de incubadoras. São criadas geralmente nas universidades que dispõem de uma infra-estrutura física e tecnológica.

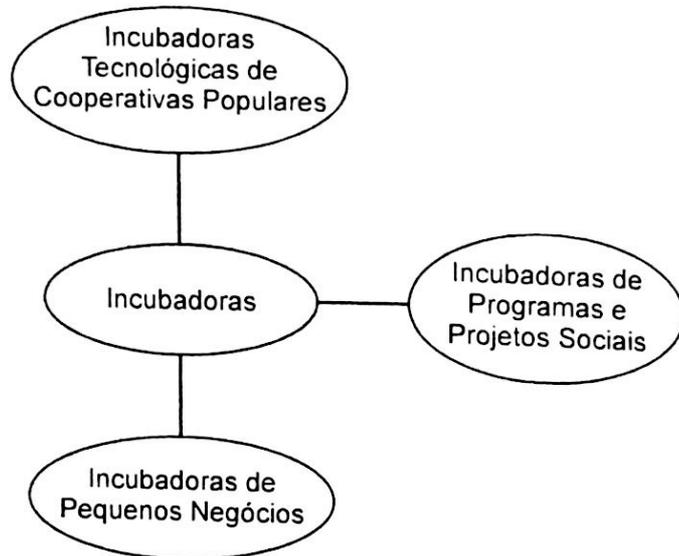


Figura 16: Tecnologias sociais do tipo incubadoras.

No projeto de empreendedorismo social é recomendável que se utilizem algumas dessas tecnologias sociais inovadoras.

Há casos em que tais tecnologias já estão sendo implementadas no âmbito regional ou local (por exemplo, DLIS, agendas, fóruns, etc.). Sendo assim, compete aos empreendedores sociais e aos gestores obterem sinergia com tais tecnologias sociais para que possam otimizar o desempenho dos seus negócios.

Em outros casos, surgem oportunidades para se incorporarem tais tecnologias ao próprio projeto de empreendedorismo social.

3.7. O que são empreendimentos comunitários?

São iniciativas que reúnem pessoas de uma mesma comunidade, em sua maioria marginalizadas do mercado formal de trabalho. Como exemplo, podemos citar as associações de pequenos produtores, sistemas de crédito solidário e cooperativas de consumo e de produção.

Estes empreendimentos são comumente encontrados sob a forma de lanchonetes, padarias, pequenas lojas, oficinas de artesanato, grupos organizados de costureiras, pequenas cooperativas de trabalhadores atuantes no setor de serviços (limpeza, jardinagem, coleta seletiva de lixo, trabalho doméstico, manutenção, construção civil).

Suas principais características são apresentadas:

- ◆ “seus componentes, em geral, têm baixa escolaridade e precária ou nenhuma qualificação profissional;
- ◆ são pequenas unidades de produção que se organizam de modo igualitário e democrático;
- ◆ as pessoas distribuem entre si a renda, fruto do trabalho coletivo;
- ◆ geralmente iniciam suas atividades por meio da iniciativa de um dos seus membros ou da intervenção de algum agente externo – a freira, o padre, o líder comunitário;
- ◆ autogestão do empreendimento pelos próprios trabalhadores;
- ◆ têm sócios cooperados, em condições igualitárias”.⁸

Para Singer e De Souza (2000:254), tais empreendimentos constituem a base da economia solidária, cuja característica marcante é a autogestão. E o seu modelo predominante é o trabalho cooperativado.

Pesquisa realizada na cidade de São Paulo pelo Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia e Solidariedade – NAPES –, com o apoio do Fundo de Miniprojetos da Fundação Unitrabalho e da Central Única dos Trabalhadores – CUT –, identificou 41 empreendimentos comunitários, com 13 pessoas em média em cada grupo.

⁸ Singer, P. & Souza, A. R. (org). *Op. cit.*, p.: 254-255.

Desse total, 68% não são juridicamente cadastradas, 17% têm registro como associações, 10%, como cooperativas, e 5%, como micro-empresas.

Com relação ao período em atividade, 65% estão em seus primeiros anos de vida. Ainda estão em fase de formação.

Quanto à atividade econômica são: 37% oficinas de costura e de trabalho com tecido, 19% serviços, 19% artesanato, 15% alimentação e 10% coleta seletiva de lixo.